

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Balço Patrimonial - Instituto Sócrates Guanaes - ISG - Hospital Regional do Litoral Norte

Instituto Sócrates Guanaes - ISG/HLRN Hospital Regional do Litoral Norte – HRLN

CNPJ nº 03.969.808/0015-75



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Balço Patrimonial - Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)				DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020			
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante		6.390.592,27	9.430.876,14	Circulante		8.195.436,46	9.430.876,14
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.573.162,31	7.859.733,82	Fornecedores	10	4.308.353,83	2.851.414,11
Estoque	5	1.392.763,41	1.520.862,80	Salários e encargos sociais	11	3.061.354,22	1.620.024,13
Outros Créditos	6	318.168,87	3.716,56	Obrigações tributárias	12	456.474,16	305.197,92
Despesas pagas antecipadamente	7	106.497,68	46.562,96	Outros passivos	13	1.250,00	159.758,01
Não Circulante		1.804.844,19	-	Subvenções assistenciais a realizar	14	368.004,25	4.494.481,97
Partes Relacionadas	8	1.804.844,19	-	Não Circulante		-	-
Total do ativo		8.195.436,46	9.430.876,14	Total do passivo não circulante		-	-
Ativo compensado	9	6.036.718,36	5.650.959,59	Total do passivo		8.195.436,46	9.430.876,14
Total do ativo e do ativo compensado		14.232.154,82	15.081.835,73	Passivo compensado	9	6.036.718,36	5.650.959,59
				Total do passivo e patrimônio social e passivo compensado		14.232.154,82	15.081.835,73

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis - Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)			
--	--	--	--

1. Contexto operacional: O Instituto Sócrates Guanaes - ISG é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde. Especializada em gestão de serviços de saúde seja ela pública ou privada, utilizando-se de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa. O Governo do Estado de São Paulo, mais especificamente a SES-SP - Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, com intuito de aperfeiçoar o atendimento prestado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) garantindo ao usuário qualidade na assistência em suas unidades, aderiu ao modelo de terceirização da gestão de saúde, atribuindo esta função às OSS - Organizações Sociais ligadas a Saúde. Com isso, o ISG foi convidado a fazer parte de nova metodologia de gestão de saúde implantada pelo Governo de São Paulo, sendo escolhido em processo licitatório para administrar uma das unidades de saúde do estado, o HRLN - Hospital Regional do Litoral Norte, localizado na cidade de Caraguatuba, Estado de São Paulo. Por meio do Conselho deliberativo do ISG Sede, foi criada uma Filial ISG no local, justamente para aplicar as metodologias de gestão na unidade HRLN, atendendo inicialmente as regras definidas no contrato de gestão nº 1872315/2019, assinado em 20 de dezembro de 2019, com vigência de 60 meses, prorrogável dentro do limite legal.

2. Base de preparação: **2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), substanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, cujas sínteses estão demonstradas a seguir: **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1. Instrumentos financeiros:** **a) Ativos financeiros não derivativos:** O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário. **b) Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2021, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, impostos, contribuições, e subvenções a realizar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. O valor a realizar do contrato de gestão, refere-se a valores já recebidos pela aplicação em atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve o referido gasto da subvenção, e que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2022, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 1872315/2019, assinado em 20 de dezembro de 2019, com vigência de 60 meses, prorrogável dentro do limite legal. **3.2. Ativo imobilizado:** **a) Reconhecimento e mensuração:** O Instituto Sócrates Guanaes, por meio do contrato de gestão nº 1872315/2019, administra o Hospital Regional Litoral Norte - HRLN e todos os bens cedidos e/ou adquiridos com recursos do contrato, caso existam. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixaram de ser registrados no imobilizado e no intangível. O contrato de gestão define que tais bens são do Estado e que ao final do contrato estes serão devolvidos a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo - SES-SP. Os bens adquiridos no decurso do exercício, caso existam passaram a ser registrados em contas de controle "contas de com-

penção". Estes bens, por sua vez, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição. **b) Depreciação:** A depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, caso existam, deixa de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Sócrates Guanaes, mas, sim, do Estado de São Paulo. **3.3. Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** O valor contábil do ativo imobilizado, quando existente, é revisado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão nº 1872315/2019, deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no item 3.2 acima descrito. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do Instituto em 31 de dezembro de 2021. **3.4. Estoques:** Os estoques, quando existentes, são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que eles se apresentam livres de ônus ou gravames. **3.5. Patrimônio social:** O Instituto aplica integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos. **3.6. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado. **3.7. Tributação:** O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por isso nenhum imposto, sobre o lucro, foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo, para apuração do PIS, é o valor da folha de pagamento. O percentual aplicado para a apuração do PIS é de 1% sobre o valor da folha. O valor apurado, é recolhido mensalmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	1.642,71	1.588,63
Aplicações financeiras (i)	4.571.519,60	7.858.145,19
	4.573.162,31	7.859.733,82

(i) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a contas de caderneta de poupança no Banco do Brasil, remuneradas a taxas de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

Descrição	Tx. a.a.(%)	Tipo	2021	2020
Banco do Brasil 22.954-7	3,7978	RF CP	2.927.519,90	7.858.145,19
Banco do Brasil 22.954-7	4,7355	RF LP	1.643.999,70	-
			4.571.519,60	7.858.145,19

Cada recurso recebido em razão do convênio é alocado em contas correntes que foram criadas especificamente para geri-lo e aplicá-lo devidamente. Porém, o ISG é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por parte do contratante. **5. Estoques:** Em 31 de dezembro de 2021, o estoque apresenta o saldo de R\$ 1.392.763,41 e está apresentado pelo valor de custo médio de aquisição.

	2021	2020
Estoque	1.203.888,36	1.386.784,28
Compras a Cancelar/Devolver	23.713,06	5.286,49
Estoque em Poder de Terceiros	165.161,99	128.792,03
	1.392.763,41	1.520.862,80

6. Outros Créditos

	2021	2020
Adiantamentos a fornecedores (i)	312.424,85	1.540,49
Créditos de Empregados (ii)	5.744,02	2.176,07
	318.168,87	3.716,56

(i) Refere-se a antecipações a fornecedores em virtude da exigência do pagamento antecipado. (ii) Refere-se a antecipação de Férias de colaboradores, conforme preceitos da legislação trabalhista. **7. Despesas Antecipadas**

	2021	2020
Prêmios de Seguros	13.160,31	9.023,87
Vale-Transporte	3.981,20	1.397,80
Vale-Refeição/Vale-Alimentação	87.455,57	36.141,29
Vale Combustível	1.900,60	-
	106.497,68	46.562,96

8. Partes Relacionadas

	2021	2020
Partes relacionadas a receber		
ISG - HRSJC	248.724,26	-
ISG - HRR	1.556.119,93	-
	1.804.844,19	-

9. Ativo e Passivo compensado: O grupo de contas do Ativo e do Passivo compensado refere-se aos bens patrimoniais cedidos pela SES-SP, quando aplicável, os adquiridos com recursos do contrato de gestão, e seus respectivos termos aditivos, além dos possíveis bens recebidos como doação, quando aplicável, que devem ser incorporados ao patrimônio da SES-SP.

Ano	Subvenção		Custo Imob. Anterior (-)	Reconh. Custo Recebida (+) aplicação (+)	Outras de Glosa e Ajustes (-)	Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)	Saldo Acum. Sub. a Receber Conforme Cronograma Anual	Saldo Acumulado de Subvenção a Receber	Saldo Sub. Acumulado a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)
	Receita (+)	Rendimento aplicação (+)							
2019	3.916.803,94	398,67	-	-	-	3.917.202,61	(3.916.803,94)	409.749.222,50	405.832.418,56
2020	45.259.191,76	167.213,24	3.280.474,79	440.001,63	-	4.494.481,97	32.773.850,82	360.573.226,80	365.067.708,77
2021	63.464.559,07	165.231,68	385.758,77	1.110.776,97	(5.612,73)	368.004,25	81.949.846,52	297.108.667,73	297.476.671,98

A subvenção não deve ser reconhecida até que exista uma razoável segurança de que o Instituto cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à aplicação. A subvenção aqui apresentada impõe determinada condição de desempenho futuro e/ou limitações em sua aplicação, sobre o Instituto (ISG/HLRN), desta forma a mesma é controlada no passivo e somente após atendido os critérios de desempenho e/ou utilização do recurso é reconhecida como receita. Conforme descrito na coluna "Saldo Acumulado de Subvenção a Receber" e levando em consideração a previsão descrita no Contrato de Gestão, o valor global a ser repassado a título de Subvenções em 31/12/2021 é de R\$ 297.108 milhões até a conclusão do contrato prevista para dezembro de 2024. Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)" a Entidade possui o saldo de R\$ 297.476 milhões para o reconhecimento da receita, tendo como contrapartida os custos/despesas equivalentes, limitando-se ao valor do lastro contratual. Os valores apresentados nesse demonstrativo referem-se às parcelas a serem executadas, previstas no Contrato de Gestão nº 1872315/2019, firmado entre a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o Instituto, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no HRLN, em Caraguatuba - SP.

15. Receitas operacionais Atividades de Saúde - com restrição

	2021	2020
Programa Atividades de Saúde	67.210.890,75	41.401.437,61
A receita de subvenção é realizada em razão da execução do contrato de gestão nº 1872315/2019, e seus respectivos termos aditivos, firmado com a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, sendo em 31 de		

Demonstração do Resultado e Resultado Abrangente Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)

Receitas com restrição	Nota	2021	2020
Programa atividades de saúde	15	67.210.890,75	41.401.437,61
Receitas com restrição		67.210.890,75	41.401.437,61
Outras receitas atividade de saúde	16	837.281,75	410.080,21
Custos com programa		837.281,75	410.080,21
Programa atividades de saúde com restrição	17	(57.959.225,25)	(30.668.137,16)
Superávit bruto		10.088.947,25	11.143.380,66
Despesas operacionais atividade de saúde com restrição	18	(1.029.931,34)	(856.672,11)
Com pessoal	18.1	(1.029.931,34)	(856.672,11)
Serviços prestados por terceiros	18.2	(5.415.989,80)	(6.837.764,11)
Gerais e administrativas	18.3	(4.020.297,95)	(3.585.584,79)
Tributárias	18.4	(48.344,17)	(45.118,63)
		(10.514.563,26)	(11.325.139,64)

Bens Adquiridos CG atividade de saúde com restrição

	2021	2020
Bens adquiridos CG	(385.758,77)	(3.280.474,79)
Programa Atividades de Saúde - Investimentos	385.758,77	3.280.474,79
Déficit antes do resultado financeiro	(425.616,01)	(181.758,98)

Resultado financeiro atividade de saúde com restrição

	2021	2020
Receitas financeiras	438.726,90	197.134,66
Despesas financeiras	(13.110,89)	(15.375,68)
	425.616,01	181.758,98

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

A demonstração de resultado abrangente não foi apresentada, pois não há operações registradas sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2021	2020
Estoque	128.099,39	(1.520.862,80)
Outros Créditos	(314.452,31)	(3.716,56)
Despesas Pagas Antecipadamente	(59.934,72)	(46.562,96)
Fornecedores	1.456.939,72	2.851.414,11
Salários e encargos sociais	1.441.330,09	1.620.024,13
Obrigações tributárias	151.276,24	305.197,92
Subvenções assistenciais a realizar	(4.126.477,72)	577.279,36
Partes relacionadas	(1.804.844,19)	-
Outros passivos	(158.508,01)	159.758,01
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades sociais	(3.286.571,51)	3.942.531,21
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	(3.286.571,51)	3.942.531,21
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.859.733,82	3.917.202,61
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.573.162,31	7.859.733,82

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

durante a vigência do contrato de gestão, firmado com o Estado de São Paulo, para auxiliar a prestação dos serviços propostos, além de informações provenientes de aquisições de insumos para enfrentamento da pandemia do covid-19, apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Custo	Máquinas e Equipamentos		Equipamentos de Hospitais		Total
	Utensílios	mentos	Informática	lares	
Adição	117.674,00	40.132,13	279.50-	2.843.168,66	3.280.474,79
31/12/20	117.674,00	40.132,13	279.50-	2.843.168,66	3.280.474,79
Adição	-	3.858,77	-	381,90-	385.758,77
31/12/21	117.674,00	43.990,90	279.50-	3.225.068,66	3.666.233,56

Enfrentamento COVID 19

	2021	2020
	2.370.484,80	2.370.484,80
	2.370.484,80	2.370.484,80

10. Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores de bens e mercadorias (i)	751.083,14	667.461,32
Fornecedores de serviços (ii)	3.557.270,69	2.183.952,79
	4.308.353,83	2.851.414,11

(i) Os fornecedores de bens e mercadorias são decorrentes de aquisições, em sua grande maioria, de medicamentos, material médico hospitalar, gases medicinais e outros insumos. (ii) Os fornecedores de serviços, que representam o total de serviços contratados (inclusive serviços médicos e hospitalares) são necessários a atividade operacional para atendimento ao contrato de gestão nº 1872315/2019, ISG-HRLN.

11. Salários e encargos sociais

	2021	2020
Salários a pagar	964.202,08	508.743,64
Rescisão a pagar	0,00	56,87
INSS	419.385,80	211.294,94
FGTS	136.664,44	67.537,14
Provisões férias e encargos	1.536.561,46	832.273,20
Outros	4.540,44	118,34
	3.061.354,22	1.620.024,13

12. Obrigações Tributárias

	2021	2020
Imposto de renda retido na fonte	165.616,05	97.997,57
PIS / COFINS e CSLL retidos de terceiros	200.336,43	147.840,90
ISS retido de terceiros	18.126,44	

... continuação

	2021	2020
Serviços RH	193.664,62	198.027,79
Despesas Corporativas (ii)	1.529.396,44	1.953.714,28
Outros Serviços	1.016.908,53	885.847,03
	5.415.989,80	6.837.764,11

(i) Os serviços de consultoria são compostos por prestadores de serviços que gerem a qualidade da operação do hospital, prestadores que controlam o atendimento e orientam os médicos e serviços de acompanhamento educacional e metodológico. (ii) São as despesas com funcionários que prestam serviços para todas as unidades do ISG, portanto cada hospital paga a parte proporcional as horas técnicas aplicadas para cada unidade.

18.3. Gerais e Administrativos:	2021	2020
Consumo de Materiais e Medicamentos em Geral	205.467,66	513.961,13
Aluguel de bens imóveis	330,72	272.989,42
Utilidades e Serviços (I)	3.759.644,82	2.561.408,48
Viagens e Estádias	45.802,90	216.017,33
Outros Despesas	9.051,85	21.208,43
	4.020.297,95	3.585.584,79

(i) São gastos com energia elétrica, telefonia, água, correios e seguro predial.

18.4. Despesas Tributárias	2021	2020
IOF	4.323,16	2.672,76
IRRF Sobre Aplicações Financeiras	29.962,72	35.309,63
IOF Sobre Aplicações Financeiras	13.942,73	-
Outros Impostos e Taxas	115,56	-
IPTU	-	7.136,24
	48.344,17	45.118,63

19. Resultado Financeiro Atividades de Saúde com restrição

	2021	2020
Receitas Financeiras	438.726,90	197.134,66
Despesas Financeiras	(13.110,89)	(15.375,68)
	425.616,01	181.758,98

20. Contingências: A Entidade, possui ações perante a tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões judiciais. Portanto, em detrimento da classificação realizada pelo corpo jurídico, não existe estimativa de causas classificadas em 31 de dezembro de 2021 como perda prováveis, estando apresentadas em Notas Explicativa, somente, as ações classificadas como perdas possíveis, com base em informações de seus assessores jurídicos. Por este motivo, não foi realizado nenhuma provisão.

	2021	2020
Tipo	Quat.	Valor Estimado
Quantidade de ações Possíveis		
Trabalhistas	1	14.923,08
Cível	-	-
Tributária	-	-

	2021	2020
Tipo	Quat.	Valor Estimado
Quantidade de ações Prováveis		
Trabalhistas	-	-
Cível	-	-
Tributária	-	-

21. Eventos subsequentes: Até a presente data, não houve outros fatos relevantes que pudessem ser objeto de destaque nesta nota. Era o que tínhamos a relatar e esclarecer, em adendo às Demonstrações Financeiras ora encerradas e apresentadas.

Caraguatuba - SP, 01 de Abril de 2022.

Instituto Sócrates Guanaes - ISG-HRLN

Diretoria		
André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes	Ernesto Stangueti	Raphael Lindenbach de Moraes
Diretor presidente - CPF: 195.644.575-72	Diretor Financeiro - CPF: 846.816.088-15	CRC 1SP 261037

Relatório - Contratado X Realizado

183 - Internações

	1º Semestre	2º Semestre
Cont.	Real.	%
240	812	238%
240	812	238%

470 - Saídas Hospitalares em Clínica Cirúrgica

	1º Semestre	2º Semestre
Cont.	Real.	%
-	25	-
-	25	-

185 - Urgência / Emergência

	1º Semestre	2º Semestre
Cont.	Real.	%
240	1.095	356%
240	1.095	356%

271 - Consultas Médicas

	1º Semestre	2º Semestre
Cont.	Real.	%
-	-	-
-	-	-

526 - Consultas Não Médicas

	1º Semestre	2º Semestre
Cont.	Real.	%
-	-	-
-	-	-

275 - SADT Externo

	1º Semestre	2º Semestre
Cont.	Real.	%
300	379	26%
300	499	66%
300	284	-5%
300	531	77%
150	120	-20%
204	242	19%
1.554	2.055	32%

189 - Tratamentos Clínicos

	1º Semestre	2º Semestre
Cont.	Real.	%
-	-	-
-	-	-

Total do Grupo Quimioterapia (Quimioterapia e Hormioterapia)

	1º Semestre	2º Semestre
Cont.	Real.	%
-	-	-
-	-	-

647 - Exames de Alta Suspeição - Oncologia

	1º Semestre	2º Semestre
Cont.	Real.	%
-	-	-
-	-	-

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos diretores e conselheiros do Instituto Sócrates Guanaes - ISG - Gestor Do Hospital Regional do Litoral Norte - HRLN, Caraguatuba - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Sócrates Guanaes - ISG - Gestor do HRLN - que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Sócrates Guanaes - ISG - Gestor do HRLN, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião com ressalva: Conforme descrito na Nota Explicativa "5 - Estoque", correlacionada em Nota Explicativa vinculada:** as Demonstrações Contábeis da Entidade, os relatórios gerenciais apresentados, sob a responsabilidade do Instituto, foram insuficientes para concluir sobre a composição do custo do Estoque. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à composição desses valores e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria, das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **• Crédito de Subvenção e Reconhecimento da Receita:** Os detalhes sobre a política contábil, relativos a Subvenções a realizar, proveniente de repasses da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo - SES/SP, estão correlacionados nas Notas "14 SUBVENÇÕES ASSISTENCIAIS A REALIZAR", "15. Receitas Operacionais Atividades de Saúde - Com Restrição" e "16 Outras Receitas Atividades de Saúde - Com Restrição" todas relacionadas nas demonstrações contábeis da Entidade. A avaliação realizada pela administração da Entidade, sobre Subvenções a realizar, no valor de R\$ 368 mil, envolve o pressuposto de que o acordado no Termo de Transferência de Gestão nº 1872315/2019, firmado entre a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o Instituto Sócrates Guanaes - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital Regional do Litoral Norte - HRLN, será cumprido no exercício seguinte. A decisão concretizada pela Administração da Entidade foi de honrar com os critérios exigidos no contrato de Gestão. Neste sentido, a Entidade realizou custos/despesas, definidos em contrato, fato este que gerou um reconhecimento de Receita com atividade de saúde na ordem de R\$ 68.048 milhões. Contudo, não ocasionando o reconhecimento do crédito de subvenção a favor da Entidade, em virtude do custo/despesa ter sido menor que os valores repassados, para o período em análise. **Resposta da auditoria ao assunto:** Avaliamos a consistência entre a política contábil, relacionada com o registro das Subvenções Governamentais a Realizar/Executar, vinculado ao contrato de gestão junto a SES/SP, e se os procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade. Realizamos testes para validar se o REGIME DE COMPETÊNCIA estava sendo observado, se a receita de subvenção governamental estava reconhecida, ao longo do período necessário, e se esta foi confrontada com as despesas correspondentes. Também, verificamos que a receita não estava sendo reconhecida no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras contratuais para realizar o reconhecimento dessa receita. Contudo, realizamos uma análise da correlação entre o reconhecimento da receita de subvenção em confronto com as despesas correspondentes, uma vez que o contrato suporta o reconhecimento da receita em relação a tais custos/

despesas, conforme relacionado na Nota "14 SUBVENÇÕES ASSISTENCIAIS A REALIZAR", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB. **• Critério Contábil - Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2):** Os detalhes sobre a política contábil, relativa a mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota "3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS", subitem "3.2 ATIVO IMOBILIZADO", letra "a", "RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO", relacionada nas demonstrações contábeis da Entidade. A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos do Termo de Transferência de Gestão nº 1872315/2019, firmado entre a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o Instituto Sócrates Guanaes - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital Regional do Litoral Norte - HRLN, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo Ativo Imobilizado. O contrato deixa claro que tais bens são do Estado, por meio da SES-SP, e que ao final, do instrumento pactuado, estes serão devolvidos à contratante. Neste sentido, a Entidade gestora do HRLN optou por acatar o novo entendimento contábil. **Resposta da auditoria ao assunto:** Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, em especial as Resoluções CFC N.º 1.374/11, que dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e Resolução CFC N.º 1.185/09, que aprovou à NBC TG 26 (R5) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, obtém-se o entendimento que a essência sobre a forma deve prevalecer. Em observação as referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos conduziram a uma apresentação tão enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis, qual seja, exigência à contínua obediência da prevalência da ESSÊNCIA SOBRE A FORMA, estabelecido na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s). Neste sentido, encaminhamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconheceu que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com a subvenção relacionada, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsão contratual, e atendimento à essência sobre a forma, contrariando parte dos dizeres da Resolução CFC 1.305/2010, que aprova a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais. **Ênfase - Continuidade das operações e controles gerenciais do Ativo e Passivo Compensado.** Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pela SES-SP, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 1872315/2019, contudo, indicamos a existência da incerteza quanto à continuidade/prorrogação do contrato de gestão, prevista para conclusão em 19/12/2024. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto. Os bens cedidos pela SES-SP, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 1872315/2019 e demais termos aditivos, estão sob a guarda e responsabilidade do Instituto Sócrates Guanaes - ISG, gestor do Hospital Regional do Litoral Norte - HRLN. Contudo, não evidenciamos os registros destes bens em contas de controle, Ativo e Passivo compensado. Identificamos ainda que os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, estão sendo registrados em contas gerenciais (Ativo e Passivo compensado). Contudo, os valores não são análogos aos controles apresentados pelo departamento de patrimônio da Unidade, e, por força de contrato, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior.** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, sem modificação, em 25 de março de 2021. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso

dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, com o fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Caraguatuba - SP, 04 de abril de 2022.

Work7	José Ricardo Xavier - Contador
Auditores Independentes SS	CRC 1GO-013785/O-0 "S" SP
CRC 1GO 001891 "S" - SP	CVM 12.424